

16-01-2014

Sinais



**LUÍS PAIS
ANTUNES**

Precisamos de um novo contrato social com direitos e obrigações bem definidas, de um Estado mais forte e mais solidário, mas com menos funções, e de uma economia mais competitiva e concorrencial, mas mais bem regulada. Também aí precisamos de ver sinais e medidas que tardam em aparecer

Não faço parte daqueles que falam em tempestades quando ouvem o primeiro trovão, como também não antecipo a chegada do Verão só por termos alguns dias quentes e ensolarados. Vem isto a propósito de alguns sinais encorajadores a que temos assistido nos últimos meses e que muitos interpretam como indicadores de que, pouco a pouco, vamos conseguindo sair do colete-de-forças que o desleixo e incapacidade de muitos nos obrigou a vestir nos últimos anos.

Existem, de facto, alguns bons sinais. Não é, certamente, caso para “embandeirar em arco” e falar em “milagre económico”. Estamos muito longe de ter os nossos principais problemas resolvidos e temos

um (muito) longo caminho a percorrer na mudança das razões de fundo que quase nos afundaram. Não podemos ignorar, também, que o preço que já pagámos – e iremos continuar a pagar, convém não esquecer... – é significativamente elevado, em particular no plano social.

É este o difícil equilíbrio que temos pela frente e o desafio maior que se nos coloca. Por um lado, precisamos de optimismo e de acreditar que alguns poucos raios de Sol nos irão trazer algum calor e esperança. Por outro, necessitamos de ter os pés bem assentes no chão e de ter a plena consciência de que ainda não resolvemos (quase) nada e de que o percurso que nos resta terá ainda muitos obstáculos e novos sacrifícios.

É positivo verificar que temos de recuar a Abril de 2010 – um ano antes da chegada da troika – para encontrar uma emissão de títulos de dívida com taxas de juro mais baixas do que os que ontem foram colocados, numa demonstração clara de que a percepção de risco que os investidores têm sobre a dívida portuguesa desceu de modo significativo.

É positivo verificar que começam a aparecer referências elogiosas a alguns resultados alcançados pelo nosso país no plano económico e que alguns (como, muito recentemente, fez o Commerzbank) recordem que, ainda há pouco mais de um ano, praticamente todos os especialistas eram unânimes em considerar que Portugal dificilmente

evitaria um segundo resgate, a exemplo da Grécia, mas que hoje existem razões para acreditar que a tendência positiva vai continuar nos próximos trimestres e que o nosso país pode regressar ao pelotão de onde descolou.

Estruturalmente, contudo, Portugal ainda não mudou muito do que tem para mudar. Por ora, limitámo-nos sobretudo a cortar “a direito” despesas que não tínhamos condições de pagar e a aumentar a tributação sobre as pessoas e as famílias para níveis dificilmente suportáveis. Era inevitável, por muito desagradável que seja (outros, como o presidente francês, só ontem se parecem ter dado conta de que há “males” que são mesmo necessários...). Mas não chega, nem resolve.

Precisamos de um novo contrato social com direitos e obrigações bem definidas, de um Estado mais forte e mais solidário, mas com menos funções, e de uma economia mais competitiva e concorrencial, mas mais bem regulada. Também aí precisamos de ver sinais e medidas que tardam em aparecer. Admito que a pressão a que estivemos sujeitos nos últimos 3 anos e a necessidade de cumprirmos as metas draconianas que nos foram impostas não o tenham permitido. Mas agora vai ser mesmo necessário. Sob pena de termos feito tudo o que era acessório, esquecendo o essencial.

Advogado
Assina esta coluna mensalmente
à quinta-feira